

Sunab e Procon exigem prestação de contas

Igor Germano
Da equipe do **Correio**

Nunca foi tão caro respirar em Brasília. A família do paciente Boutros Kassab, 72 anos, que morreu no Hospital de Base em janeiro, teve de pagar R\$ 13,5 mil pelo oxigênio que ele consumiu em 21 dias de internação na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Santa Lúcia. O advogado Antoin Khalil, que defende a família de Kassab, achou o preço "absurdo". O diretor-presidente do Hospital Santa Lúcia, José Leal, tem a mesma opinião. A diferença entre os dois está no diagnóstico: Khalil põe a culpa no hospital; José Leal põe a culpa no oligopólio de empresas que manipula o mercado e cobra uma

nota preta pelo oxigênio.

Toda a discussão gira em torno de uma pergunta maior: como a conta de internação de Boutros Kassab chegou a R\$ 49.823,99? A briga entre as partes foi parar na Justiça. O Conselho Regional de Medicina (CRM), a Sunab e o Procon também pediram explicações.

O chefe da Divisão de Fiscalização da Sunab, Raimundo Fontenele Melo, entregou ontem uma intimação à direção do Hospital Santa Lúcia. "Solicitei todos os documentos referentes às contas particulares do período de setembro de 1996 a abril de 1997 para verificar se houve alguma irregularidade", explicou Fontenele. Ele adiantou que vai comparar os preços cobrados com a média de mercado. "O artigo 12 do decreto

2.181, de 21 de março deste ano, diz claramente que é ilegal exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva, ou seja, cobrar preços superiores aos de mercado."

A partir da notificação da Sunab, o hospital terá cinco dias úteis para apresentar os documentos. "O consumidor é o elo mais frágil da relação comercial. Se a pessoa está em coma no hospital e a família está emocionalmente abalada, obviamente não há condições de questionar os preços", analisa Fontenele.

"Ainda é cedo para se ter uma resposta final. Mas na nota apresentada no dia 3 de janeiro não estão especificados os produtos. Isso é ilegal. A conta só foi apresentada de forma correta quase um mês depois." Se-

gundo Fontenele, cada infração pode se transformar em uma multa que vai de 150 a 200 mil Ufirs (R\$ 138,44 a R\$ 182,1 mil).

Motivada pela denúncia, a Subsecretaria de Defesa do Consumidor (Procon-DF) também notificou o hospital e deu um prazo de três dias úteis para a apresentação de justificativas. O presidente do Conselho Regional de Medicina, Pedro Pablo Chacel, garantiu que vai pedir uma auditoria nas contas do hospital para investigar a denúncia. "É ilegal fazer da medicina um comércio", afirmou Chacel. "A partir da auditoria vamos decidir se houve infração ética."

O diretor-presidente do hospital, José Leal, respondeu às acusações do empresário Elias Kassab, filho de Bou-

tros. "As 311 seringas foram até pouco", afirmou Leal. "Uma pessoa em estado de coma tem de tomar muitos antibióticos. Se o filho dele tivesse pedido, teríamos usado uma seringa de vidro, que é mais barata, mas hoje não é mais utilizada por apresentar mais riscos de contaminação."

Leal seguiu justificando os preços. "Um indivíduo em coma não respira. Eu também acho absurdo o preço do oxigênio (R\$ 13,5 mil), mas ele é tabelado", afirmou. "O Kassab é um mentiroso. A primeira conta não foi discriminada porque o filho do paciente só compareceu à tesouraria do hospital no 20º dia. Os cinco testes de HIV (R\$ 114,00 cada) são normais. Não se pode receber uma transfusão de sangue que não foi testado."